



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

1º TRIMESTRE DE 2021

Pró-Reitoria de Administração

Diretoria de Administração e Finanças

Coordenação de Contabilidade e Custos



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
TOCANTINS



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

Equipe

Antônio da Luz Júnior
Reitor

Octaviano Sidnei Furtado
Pró-Reitor de Administração

Vladimir Lisboa de Carvalho
Diretor de Administração e Finanças

Raydine da Silva Costa
Coordenadora de Contabilidade e Custos

Equipe de elaboração

Joel Ferreira Lopes
Técnico em Contabilidade

Vladimir Lisboa de Carvalho
Contador

Contabilistas responsáveis pela contabilidade das unidades

Raydine da Silva Costa
Reitoria
Campus Colinas do Tocantins

Maria Pedrinha Ângelo de Sousa Oliveira
Campus Araguatins

Valdenês Pacheco Barbosa
Campus Araguatins

Valdinez Pereira Feitoza
Campus Dianópolis

Ludimilla da Silva Coelho Muniz
Campus Gurupi

Sirlene Dias Putêncio
Campus Palmas

Anicesio Tavares dos Santos
Campus Paraíso do Tocantins

Genival Francisco de Carvalho
Campus Porto Nacional



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

SUMÁRIO

1. ESTRUTURA DO IFTO.....	4
2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E PRÁTICAS CONTÁBEIS..	6
2.1 Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis.....	6
3. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	9
3.1 Balanço Patrimonial.....	9
3.2 Demonstrações das Variações Patrimoniais.....	12
3.3 Balanço Orçamentário.....	14
3.4 Balanço Financeiro.....	17
3.5 Demonstrações dos Fluxos de Caixa.....	18
4. NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL – BP.....	20
4.1 Caixa e Equivalente de Caixa.....	20
4.2 Imobilizado.....	20
4.2.1 Bens Móveis.....	21
4.2.2 Bens Imóveis.....	23
4.3 Intangível.....	24
4.4 Obrigações Contratuais.....	25
4.5 Fornecedores e Contas a Pagar.....	26
4.6 Patrimônio Líquido.....	27
5. NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃODAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – DVP.....	29
5.1 Resultado Patrimonial.....	29
5.2 Variações Patrimoniais Aumentativas.....	29
5.3 Variações Patrimoniais Diminutivas.....	30
6. NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.....	33
6.1 Receitas.....	33
6.2 Despesas.....	34
6.3 Execução Orçamentária do Restos a Pagar.....	35
7. NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO FINANCEIRO.....	37
7.1 Ingressos Financeiros.....	37



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

7.2 Dispêndios.....	38
7.3 Resultado Financeiro.....	38
8. NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	39
9 NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DESPESAS RELACIONADAS AO ENFRENTAMENTO À CALAMIDADE PÚBLICA DECORRENTE DA COVID-19.....	41
10. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES.....	43

1. ESTRUTURA DO IFTO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, instituição criada nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, possui natureza jurídica de Autarquia Federal, sendo vinculada à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC).

É composto por uma unidade da administração central, a Reitoria, que está situada em Palmas, capital do Estado do Tocantins, e por 8 (oito) *campi*, e 3 (três) *campus* avançados.

Unidade	CNPJ
Reitoria	10.742.006/0001-98
Campus Palmas	10.742.006/0003-50
Campus Araguatins	10.742.006/0002-78
Campus Paraíso do Tocantins	10.742.006/0004-30
Campus Araguaína	10.742.006/0006-00
Campus Gurupi	10.742.006/0005-11
Campus Porto Nacional	10.742.006/0007-83
Campus Dianópolis	10.742.006/0008-64
Campus Colinas do Tocantins	10.742.006/0009-45
Campus Avançado de Pedro Afonso*	
Campus Avançado de Lagoa da Confusão*	
Campus Avançado de Formoso do Araguaia*	

* Os campus avançados estão não possuem CNPJ, os atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial são realizados e controlados no CNPJ da matriz.

O IFTO é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, subsequentes (pós-médio), Proeja, graduação, pós-graduação lato sensu e stricto sensu e cursos na modalidade de Educação a Distância (EaD).

Sua missão é proporcionar desenvolvimento educacional, científico e tecnológico no Estado do Tocantins por meio da formação pessoal e qualificação profissional.

Conformidade legal das atividades da entidade: Lei nº 11.892/2008, lei de criação, Lei nº 8.112/1990 para a contratação dos seus servidores, Lei nº 8.666/1993 e Lei nº 10.520/2002 (pregão eletrônico) para contratação dos seus fornecedores, Lei nº 4.320/1964 para suas finanças, e legislações específicas da área de atuação da entidade.

2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e demais normativos vigentes.

Elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração (SIAFI), as demonstrações consolidam as contas da Reitoria e dos *campi*: Palmas, Araguatins, Paraíso do Tocantins, Araguaína, Gurupi, Porto Nacional, Dianópolis e Colinas do Tocantins, ou seja, consolidadas no nível de órgão.

As estruturas e a composição das demonstrações contábeis estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, as demonstrações contábeis são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

2.1 Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados, tendo por base as premissas das NBCT SP e do MCASP.

- (a) Moeda funcional: A moeda funcional utilizada para o reconhecimento, mensuração e a evidenciação das Demonstrações Contábeis é o Real.
- (b) Caixa e equivalentes de caixa: incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.
- (c) Créditos a curto prazo: Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (I) créditos tributários; (II) créditos não tributários; (III) dívida ativa; (IV) transferências concedidas; (V) empréstimos e financiamentos concedidos; (VI) adiantamentos;

(VII) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

(d) Estoques: Compreendem os materiais em almoxarifado para suprimento das atividades da entidade e para a prestação de serviços, e caso tiver mercadorias para venda, os produtos acabados e os em elaboração e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses materiais são avaliados pelo valor de custo, ou seja, de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, conforme o art. 85 da lei 4.320/64. Há, também, a possibilidade de redução dos valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor recuperável, quando o valor reconhecido estiver superior ao valor justo (valor de mercado).

(e) Ativo Realizável à Longo Prazo: Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários; e (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados nas entradas pelo valor de custo e nas saídas pelo custo médio ponderado. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

(f) Imobilizado: O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

(g) Intangível: Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada

(quando tiverem vida útil definida), e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

(h) Depreciação, amortização ou exaustão de Bens Móveis, Bens Imóveis e Bens Intangíveis: A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos quanto os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação para os bens móveis e imóveis é o das quotas constantes. Como regra geral, a depreciação dos bens móveis imóveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data do bem estiver em condições de uso. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

(i) Reavaliação e a Redução ao Valor Recuperável: a base de mensuração utilizada: valor justo (mercado), custo de reposição, informar os procedimentos contábeis e metodologia utilizada para reconhecimento da valorização ou da perda por meio dos testes de recuperabilidade;

(j) Passivos circulantes e não circulantes: As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) provisões; e (vi) demais obrigações.

(k) Benefícios a Empregados: Benefícios a empregados referentes a encargos de férias e décimo terceiro salário são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados, sendo registrados como variações patrimoniais diminutivas. Os benefícios pós-emprego relacionados com aposentadoria e pensões são também reconhecidos pelo regime de competência.

(l) Ajustes de Exercícios Anteriores: A conta de Ajustes de Exercícios Anteriores tem a finalidade de registrar os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes. Tais ajustes compõem a linha de Resultados Acumulados no Balanço Patrimonial e recebem registros aumentativos e diminutivos que afetam diretamente o Patrimônio Líquido do órgão sem transitar pelas contas de resultado, uma vez que se referem a exercícios encerrados.

3. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

3.1 Balanço Patrimonial

Valores em R\$

ATIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE	18.898.435,15	23.040.743,05
Caixa e Equivalentes de Caixa	15.291.978,06	20.457.130,49
Créditos a Curto Prazo	1.441.387,43	744.546,69
Demais Créditos e Valores	1.441.387,43	744.546,69
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-
Estoques	2.165.069,66	1.839.065,87
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	221.497.836,10	219.752.378,50
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-
Investimentos	-	-
Participações Permanentes	-	-
Propriedades para Investimento	-	-
Propriedades para Investimento	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-
Imobilizado	221.443.601,00	219.698.143,40
Bens Móveis	64.331.320,72	62.525.605,15
Bens Móveis	86.063.822,67	84.126.209,85
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-21.732.501,95	-21.600.604,70
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-
Bens Imóveis	157.112.280,28	157.172.538,25
Bens Imóveis	163.074.594,23	163.074.594,23
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-5.962.313,95	-5.902.055,98
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-
Intangível	54.235,10	54.235,10
Softwares	54.235,10	54.235,10
Softwares	54.235,10	54.235,10
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-
Direitos de Uso de Imóveis	-	-
Direitos de Uso de Imóveis	-	-
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-
Diferido	-	-
TOTAL DO ATIVO	240.396.271,25	242.793.121,55

PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
PASSIVO CIRCULANTE	67.222.296,05	65.296.170,78
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	11.919.981,60	14.927.019,90
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	4.600.479,93	1.221.905,87
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	556,66	725,99
Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Provisões a Curto Prazo	-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	50.701.277,86	49.146.519,02
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	-
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Provisões a Longo Prazo	-	-
Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Resultado Diferido	-	-
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	67.222.296,05	65.296.170,78
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Reservas de Capital	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Reservas de Lucros	-	-
Demais Reservas	-	-
Resultados Acumulados	173.173.975,20	177.496.950,77
Resultado do Exercício	-4.325.397,51	-5.264.263,49
Resultados de Exercícios Anteriores	177.496.950,77	182.957.297,46
Ajustes de Exercícios Anteriores	2.421,94	-196.083,20
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	173.173.975,20	177.496.950,77
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	240.396.271,25	242.793.121,55

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ATIVO FINANCEIRO	15.317.575,46	20.482.727,89	PASSIVO FINANCEIRO	77.206.991,33	43.282.974,87
ATIVO PERMANENTE	225.078.695,79	222.310.393,66	PASSIVO PERMANENTE	51.305.913,31	47.179.522,11
			SALDO PATRIMONIAL	111.883.366,61	152.330.624,57

Valores em R\$

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	26.866.565,06	28.042.264,63	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	22.947.369,06	17.159.997,80
Atos Potenciais Ativos	26.866.565,06	28.042.264,63	Atos Potenciais Passivos	22.947.369,06	17.159.997,80
Garantias e Contragarantias Recebidas	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	26.815.765,43	27.991.465,00	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	3.940,00	3.940,00
Direitos Contratuais	50.799,63	50.799,63	Obrigações Contratuais	22.943.429,06	17.156.057,80
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	26.866.565,06	28.042.264,63	TOTAL	22.947.369,06	17.159.997,80

Valores em R\$

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-52.432.016,15
Recursos Vinculados	-9.457.399,72
Educação	-1.213.899,18
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-1.746.530,88
Previdência Social (RPPS)	-
Dívida Pública	-9.216.075,89
Alienação de Bens e Direitos	85.668,26
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	2.633.437,97
TOTAL	-61.889.415,87

3.2 Demonstrações das Variações Patrimoniais

Valores em R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2021	2020
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	58.241.275,50	60.131.513,23
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	47.107,54	36.144,76
Venda de Mercadorias	31.731,03	20.440,84
Vendas de Produtos	1.341,51	2.129,08
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	14.035,00	13.574,84
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	204,21	183,12
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	204,21	183,12
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	58.163.203,70	60.032.134,76
Transferências Intragovernamentais	58.163.203,70	58.663.562,17
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	1.368.572,59
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	1.011,78	49.514,52
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	1.011,78	49.514,52
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	29.748,27	13.536,07
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	29.748,27	13.536,07

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	62.566.673,01	66.012.517,00
Pessoal e Encargos	49.678.932,62	47.498.493,19
Remuneração a Pessoal	39.485.873,25	37.980.292,36
Encargos Patronais	7.947.499,68	7.132.621,58
Benefícios a Pessoal	2.150.847,44	2.385.579,25
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	94.712,25	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.861.867,91	1.650.369,58
Aposentadorias e Reformas	979.847,54	813.115,47
Pensões	187.657,55	157.007,34
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	694.362,82	680.246,77
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	6.150.878,06	9.012.376,82
Uso de Material de Consumo	588.156,47	456.324,25
Serviços	5.370.566,37	6.767.518,88
Depreciação, Amortização e Exaustão	192.155,22	1.788.533,69
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		28,62
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	28,62
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	3.105.852,22	6.356.360,17
Transferências Intragovernamentais	3.105.852,22	4.991.891,53
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	1.364.468,64
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	1.272.188,01	1.224.324,91
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	1.270.143,82	1.216.174,73
Desincorporação de Ativos	2.044,19	8.150,18
Tributárias	6.047,92	4.614,18
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.077,34	1.859,67
Contribuições	4.970,58	2.754,51
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados		
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	490.906,27	265.949,53
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	474.830,55	259.654,42
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	16.075,72	6.295,11
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-4.325.397,51	-5.881.003,77

3.3 Balanço Orçamentário

Valores em R\$

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES			47.311,27	47.311,27
Receitas Tributárias				
Impostos				
Taxas				
Contribuições de Melhoria				
Receitas de Contribuições				
Contribuições Sociais				
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico				
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.				
Receita Patrimonial			8.737,73	8.737,73
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado			8.534,00	8.534,00
Valores Mobiliários			203,73	203,73
Delegação de Serviços Públicos				
Exploração de Recursos Naturais				
Exploração do Patrimônio Intangível				
Cessão de Direitos				
Demais Receitas Patrimoniais				
Receita Agropecuária			31.731,03	31.731,03
Receita Industrial			1.341,51	1.341,51
Receitas de Serviços			5.501,00	5.501,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais			5.501,00	5.501,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte				
Serviços e Atividades Referentes à Saúde				
Serviços e Atividades Financeiras				
Outros Serviços				
Transferências Correntes				
Outras Receitas Correntes				
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais				
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos				
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público				
Demais Receitas Correntes				
RECEITAS DE CAPITAL				
Operações de Crédito				
Operações de Crédito Internas				
Operações de Crédito Externas				
Alienação de Bens				
Alienação de Bens Móveis				
Alienação de Bens Imóveis				
Alienação de Bens Intangíveis				
Amortização de Empréstimos				
Transferências de Capital				
Outras Receitas de Capital				
Integralização do Capital Social				
Resultado do Banco Central do Brasil				
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional				
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional				
Demais Receitas de Capital				
SUBTOTAL DE RECEITAS			47.311,27	47.311,27
REFINANCIAMENTO				
Operações de Crédito Internas				
Mobiliária				
Contratual				
Operações de Crédito Externas				
Mobiliária				

Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	47.311,27	47.311,27
DEFICIT	-	-	94.195.962,62	94.195.962,62
TOTAL	-	-	94.243.273,89	94.243.273,89
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS COM SUPERAVIT FINANCEIRO	-	-	-	-
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS COM EXCESSO DE ARRECAÇÃO	-	-	-	-

DESPEZA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	135.343.884,00	135.343.884,00	94.243.273,89	50.171.956,26	39.037.050,25	41.100.610,11
Pessoal e Encargos Sociais	119.165.671,00	119.165.671,00	83.762.216,00	46.364.092,11	36.709.313,33	35.403.455,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	16.178.213,00	16.178.213,00	10.481.057,89	3.807.864,15	2.327.736,92	5.697.155,11
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	135.343.884,00	135.343.884,00	94.243.273,89	50.171.956,26	39.037.050,25	41.100.610,11
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	135.343.884,00	135.343.884,00	94.243.273,89	50.171.956,26	39.037.050,25	41.100.610,11
TOTAL	135.343.884,00	135.343.884,00	94.243.273,89	50.171.956,26	39.037.050,25	41.100.610,11

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	3.815.637,23	16.861.456,03	6.002.632,92	2.556.898,05	9.270,00	18.110.925,21
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	3.815.637,23	16.861.456,03	6.002.632,92	2.556.898,05	9.270,00	18.110.925,21
DESPESAS DE CAPITAL	1.448.194,32	3.041.038,62	1.935.132,32	1.069.365,01	-	3.419.867,93
Investimentos	1.448.194,32	3.041.038,62	1.935.132,32	1.069.365,01	-	3.419.867,93
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	5.263.831,55	19.902.494,65	7.937.765,24	3.626.263,06	9.270,00	21.530.793,14

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	138.674,10	17.719.981,45	17.665.610,11	10.423,98	182.621,46
Pessoal e Encargos Sociais	0,20	15.181.981,10	15.181.981,10	-	0,20
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	138.673,90	2.538.000,35	2.483.629,01	10.423,98	182.621,26
DESPESAS DE CAPITAL	45.766,19	212.226,93	52.544,76		205.448,36
Investimentos	45.766,19	212.226,93	52.544,76	-	205.448,36
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	184.440,29	17.932.208,38	17.718.154,87	10.423,98	388.069,82

3.4 Balanço Financeiro

Valores em R\$

INGRESSOS		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
Receitas Orçamentárias	47.311,27	38.981,28
Ordinárias	-	-
Vinculadas	47.311,27	39.195,76
Educação	-	2.623,72
Previdência Social (RPPS)	-	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	47.311,27	36.572,04
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-214,48
Transferências Financeiras Recebidas	58.163.203,70	58.663.562,17
Resultantes da Execução Orçamentária	49.832.070,27	50.150.665,24
Repasse Recebido	49.752.946,35	48.983.903,93
Sub-repasse Recebido	79.123,92	1.166.761,31
Independentes da Execução Orçamentária	8.331.133,43	8.512.896,93
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	7.824.048,72	8.173.072,71
Movimentação de Saldos Patrimoniais	507.084,71	339.824,22
Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	55.682.853,36	162.578.871,47
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	11.134.906,01	12.215.393,41
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	44.071.317,63	150.229.228,15
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	370.638,48	41.988,53
Outros Recebimentos Extraorçamentários	105.991,24	92.261,38
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	76.242,97	74.863,21
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	6.499,82
Arrecadação de Outra Unidade	29.748,27	10.898,35
Saldo do Exercício Anterior	20.457.130,49	21.683.172,14
Caixa e Equivalentes de Caixa	20.457.130,49	21.683.172,14
TOTAL	134.350.498,82	242.964.587,06
DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
Despesas Orçamentárias	94.243.273,89	201.607.069,33
Ordinárias	90.576.039,50	197.811.016,33
Vinculadas	3.667.234,39	3.796.053,00
Educação	160.522,39	-
Seguridade Social (Exceto Previdência)	3.506.712,00	1.623.353,00
Previdência Social (RPPS)	-	2.172.700,00
Transferências Financeiras Concedidas	3.105.852,22	4.991.891,53
Resultantes da Execução Orçamentária	79.123,92	1.166.761,31
Sub-repasse Concedido	79.123,92	1.166.761,31
Independentes da Execução Orçamentária	3.026.728,30	3.825.130,22
Transferências Concedidas para Pagamento de RP	2.996.980,03	3.811.608,15
Movimento de Saldos Patrimoniais	29.748,27	13.522,07
Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-
Pagamentos Extraorçamentários	21.709.394,65	22.508.310,43
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	17.718.154,87	18.476.981,19
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	3.626.263,06	3.990.504,53
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	364.976,72	40.548,53
Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	276,18
Demais Pagamentos	-	276,18
Saldo para o Exercício Seguinte	15.291.978,06	13.857.315,77
Caixa e Equivalentes de Caixa	15.291.978,06	13.857.315,77
TOTAL	134.350.498,82	242.964.587,06

3.5 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Valores em R\$

	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	-4.043.242,66	-6.505.376,94
INGRESSOS	58.610.901,72	58.761.930,15
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	8.534,00	7.866,84
Receita Agropecuária	31.731,03	20.440,84
Receita Industrial	1.341,51	2.129,08
Receita de Serviços	5.501,00	5.708,00
Remuneração das Disponibilidades	203,73	198,80
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	2.637,72
Transferências Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	58.563.590,45	58.722.948,87
Ingressos Extraorçamentários	370.638,48	41.988,53
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	6.499,82
Transferências Financeiras Recebidas	58.163.203,70	58.663.562,17
Arrecadação de Outra Unidade	29.748,27	10.898,35
DESEMBOLSOS	-62.654.144,38	-65.267.307,09
Pessoal e Demais Despesas	-51.382.756,24	-53.195.523,86
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-2.400,00	-6.800,00
Previdência Social	-1.078.949,89	-734.751,94
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-50.309.398,62	-52.528.835,13
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habituação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-68.250,70	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	76.242,97	74.863,21
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-

Transferências Concedidas	-7.800.559,20	-7.039.066,99
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-7.800.559,20	-7.039.066,99
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos Operacionais	-3.470.828,94	-5.032.716,24
Dispêndios Extraorçamentários	-364.976,72	-40.548,53
Transferências Financeiras Concedidas	-3.105.852,22	-4.991.891,53
Demais Pagamentos	-	-276,18
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-1.121.909,77	-1.320.479,43
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-1.121.909,77	-1.320.479,43
Aquisição de Ativo Não Circulante	-1.119.909,77	-1.179.321,62
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-2.000,00	-141.157,81
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-5.165.152,43	-7.825.856,37
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	20.457.130,49	21.683.172,14
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	15.291.978,06	13.857.315,77

4. NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL – BP

O Balanço Patrimonial, previsto no art. 105 da Lei 4.320/64, evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas que representam o patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle), como as contas de obrigações contratuais (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 8ª Edição, 2019).

Os ativos e passivos são conceituados e segregados em circulante e não circulante. As contas do ativo devem ser dispostas em ordem decrescente de grau de conversibilidade. As contas do passivo, em ordem decrescente de grau de exigibilidade.

4.1 Caixa e Equivalente de Caixa

Os valores disponíveis para o IFTO são relativos a recursos na Conta Única da União para fazer frente a sua execução orçamentária e financeira.

Tabela 1 - Caixa e Equivalente de Caixa

	31/03/2021	31/12/2020	AH (%)
Caixa e Equivalente de Caixa	15.291.978,06	20.457.130,49	-25,25
Total	15.291.978,06	20.457.130,49	-25,25

Fonte: SIAFI 2021

A tabela acima demonstra uma redução de 25,25% nos recursos financeiros entre o quarto trimestre de 2020 e o primeiro trimestre de 2021. A redução é consequência da programação financeira no primeiro trimestre de 2021.

4.2 Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios

econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para o primeiro trimestre de 2021 e do quarto trimestre de 2020.

Tabela 2 – Imobilizado – Composição.

	31/03/2021	31/12/2020	AH (%)
Bens Móveis			
Valor Bruto Contábil	86.063.822,67	84.126.209,85	2,30
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-21.732.501,95	-21.600.604,70	0,61
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	-
(=) Valor Líquido	64.331.320,72	62.525.605,15	2,89
Bens Imóveis			
Valor Bruto Contábil	163.074.594,23	163.074.594,23	0
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. Bens Imóveis	-5.962.313,95	-5.902.055,98	1,02
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	-
(=) Valor Líquido	157.112.280,28	157.172.538,25	-0,03
Total do Imobilizado	221.443.601,00	219.698.143,40	0,79

Fonte: SIAFI, 2021

Os bens Móveis (valor líquido descontado a depreciação) tiveram um crescimento no seu total em relação ao quarto trimestre de 2020 de 2,89% em consequência de novas entradas (aquisições) de bens permanentes. Da parte dos Bens Imóveis (valor líquido descontado a depreciação), houve uma redução de 0,03%, que é resultado da incidência da depreciação. No total, o imobilizado teve um acréscimo de 0,79% na comparação com o ano de 2020.

Em relação a Depreciação Acumulada de Bens Móveis que no primeiro trimestre de 2021 apresenta o valor de R\$ 21.732.501,95 o que corresponde a 25,25% do Valor Bruto Contábil (86.063.822,67), cabe informar que nem todas as unidades do IFTO efetua a depreciação devido a acertos e ajustes que precisam ser realizados nas contas dos bens patrimoniais.

A Depreciação Acumulada dos Bens Imóveis é baseada em informações do sistema SPIUNET.

4.2.1 Bens Móveis

Os Bens Móveis do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Tocantins em 31/03/2021 totalizavam R\$ 64.331.320,72 e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 3 - Bens Móveis – Composição

	31/03/2021	31/12/2020	AH(%)	AV(%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	28.006.882,27	26.674.117,14	5,00	43,54
Bens de Informática	16.542.544,11	16.490.667,48	0,31	25,71
Móveis e Utensílios	19.991.709,87	19.594.240,79	2,03	31,08
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	6.426.297,34	6.273.275,86	2,44	9,99
Veículos	10.538.099,61	10.538.099,61	0	16,38
Bens Móveis em Almoxarifado	479.089,52	479.089,52	0	0,74
Armamentos	0,01	0,01	0	0,00
Semoventes e Equipamentos de Montaria	742.213,54	742.213,54	0	1,15
Demais Bens Móveis	3.336.986,40	3.334.509,90	0,07	5,19
Depreciação / Amortização Acumulada	(21.732.501,95)	(21.600.604,70)	0,61	-33,78
Total	64.331.320,72	62.525.605,15	2,89	100

Fonte: SIAFI, 2021

Dos Bens Móveis registrados no Órgão, 43,54% refere-se a conta “Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas, o qual é composto conforme a tabela 4.

Tabela 4 – Composição Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas

	31/03/2021	AV (%)
Aparelhos de Medição e Orientação	11.600.306,94	41,42
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	231.395,51	0,83
Equipamentos e Utensílios Médicos, Odontológicos	4.586.048,27	16,37
Aparelho e Equipamento para Esportes	621.734,59	2,22
Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	308.432,92	1,10
Máquinas e Equipamentos Industriais	3.253.343,89	11,62
Máquinas e Equipamentos Energéticos	1.687.021,14	6,02
Máquinas e Equipamentos Gráficos	74.506,78	0,27
Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	504.953,65	1,80
Equipamentos de Montaria	1.280,00	0,00
Máquinas e Utensílios Agropecuário	1.556.790,41	5,56
Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	256.828,76	0,92
Máquinas e Equipamentos - Construção	52.538,35	0,19
Equipamentos Elétricos-Eletônicos	99.088,22	0,35
Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	3.159.694,38	11,28
Outras Máquinas, Ferramentas e Equipamentos	12.918,46	0,05
Total	28.006.882,27	100,00

Fonte: SIAFI, 2021

Dá análise da tabela 4 verifica-se a alta representatividade da conta contábil Aparelhos de Medição e Orientação, representando 41,42% do total. A concentração de bens móveis permanentes nessa conta se deve ao fato do IFTO possuir infraestrutura laboratorial na área das Ciências Exatas, cujos itens (objetos) possuem maior valor econômico em virtude de suas características técnicas e tecnológicas. Equipamentos e Utensílios Médicos, Odontológicos também é outra conta que apresenta relevância para este grupo, cujos bens estão alocados em laboratórios na área de saúde e em consultórios para atendimento da comunidade acadêmica.

4.2.2 Bens Imóveis

Os Bens Imóveis do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Tocantins em 31/03/2021 totalizaram R\$ 157.112.280,28 e estão distribuídos nas contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 5 – Bens Imóveis - Composição

	31/03/2021	31/12/2020	AH(%)	AV (%)
Bens de Uso Especial	131.301.904,76	131.301.904,76	0,00	83,57
Bens de Uso Comum do Povo	-	-		
Bens Dominicais	-	-		
Bens Imóveis em Andamento	30.861.449,55	30.861.449,55	0,00	19,64
Instalações	911.239,92	911.239,92	0,00	0,58
Demais Bens Imóveis	-	-		
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	-	-		
Redução ao Valor Recuperável	-	-		
Depreciação / Amortização Acumulada	(5.962.313,95)	(5.902.055,98)	1,02	-3,79
Total	157.112.280,28	157.172.538,25	-0,04	100%

Fonte: SIAFI, 2021

De acordo com a tabela anterior, os Bens de Uso Especial correspondem a 83,57% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do Órgão, perfazendo o montante de R\$ 131.301.904,76 em 31/03/2021 a valores brutos. Os Bens de Uso Especial correspondem as unidades do IFTO, e são utilizados na prestação de serviços à sociedade. 19,64% (R\$ 30.861.449,55) são obras em andamento.

Tabela 6 - Bens de Uso Especial - Composição

	31/03/2021	31/12/2020	AH(%)	AV(%)
Imóveis de Uso Educacional	122.492.565,28	122.492.565,28	0,00	93,29
Autarquias/Fundações	8.809.339,48	8.809.339,48	0,00	6,71
Total	131.301.904,76	116.982.865,24	0,00	100

Fonte: SIAFI, 2021

O saldo da conta Imóveis de Uso Educacional é composto pelos valores dos imóveis dos *campi* do IFTO e representam 93,29% dos Bens de Uso Especial. O valor de R\$ 8.809.339,48 (6,71%) é o valor do Imóvel da Reitoria do IFTO, unidade que representa a administração central do órgão.

A tabela 7 apresenta o saldo da Bens Imóveis em Andamento, em 31/03/2021, por unidade do IFTO.

Tabela 7 – Bens Imóveis em Andamento por unidade do IFTO

	31/03/2021	AV (%)
Reitoria	14.596.017,53	47,30
Campus Palmas	1.220.340,06	3,95
Campus Araguatins	0,00	0
Campus Paraíso do Tocantins	0,00	0
Campus Araguaína	0,00	0
Campus Gurupi	0,00	0
Campus Porto Nacional	0,00	0
Campus Dianópolis	9.504.757,72	30,80
Campus Colinas do Tocantins	5.540.334,24	17,95
Total	30.861.449,55	100,00

Fonte: SIAFI, 2021

O valor mais elevado da conta Bens Imóveis em Andamento na unidade Reitoria, se justifica pelo fato de que, na fase de expansão, esta foi a responsável pela execução das obras de construção, reforma, recuperação e ampliação dos Campus de Dianópolis, Colinas do Tocantins e dos Campi Avançados Lagoa da Confusão e Pedro Afonso.

Os saldos de obras em andamento serão baixados quando não houver pendências e tão logo sejam disponibilizados os Termos de Entrega Definitiva de Obras finalizadas e demais documentos.

4.3 Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Os ativos intangíveis podem ser classificados com vida útil definida e com vida útil indefinida. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Intangível.

Tabela 8 - Intangível – Composição

INTANGÍVEIS	31/03/2021	31/12/2020	AH (%)	AV (%) 31/03/2021
Software com Vida Útil Indefinida	54.235,10	54.235,10	0,00	100
Software com Vida Útil Definida	0,00	0,00	0,00	
Amortização Acumulada	-	-	-	-
Total	54.235,10	54.235,10	0,00	100,00

Fonte: SIAFI, 2021

4.4 Obrigações Contratuais

Em 31/03/2021, o Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Tocantins (Órgão 26424) apresentou um saldo de R\$ 22.943.429,06.

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela 9 - Obrigações Contratuais – Composição

	31/03/2021	31/12/2020	AH (%)	AV(%)
Aluguéis	12.693,13	12.693,13	0	0,06
Fornecimento de Bens	238.987,51	238.987,51	0	1,04
Serviços	22.691.748,42	16.904.377,16	34,24	98,90
Total	22.943.429,06	17.156.057,80	33,73	100

Fonte: SIAFI 2021

As obrigações contratuais relacionadas com Serviços representam a maioria (ou cerca de 98,90%) do total das obrigações assumidas pelo IFTO ao final de 31/03/2021.

Na continuação, apresenta-se a tabela relacionando-se as unidades gestoras contratantes com valores mais expressivos na data base de 31/03/2021.

Tabela 10 - Obrigações Contratuais – Por Unidade Contratante

	31/03/2021	AV (%)
Reitoria	5.833.774,39	25,43
Campus Palmas	1.857.314,54	8,10
Campus Araguatins	7.641.556,16	33,31
Campus Paraíso do Tocantins	2.582.067,39	11,25
Campus Araguaína	2.003.888,85	8,73
Campus Gurupi	835.491,00	3,64
Campus Porto Nacional	533.491,00	2,32
Campus Dianópolis	883.256,38	3,85
Campus Colinas do Tocantins	773.043,86	3,37
Total	22.943.429,06	100,00

Fonte: Siafi, 2021.

O Campus Araguatins e a Reitoria são responsáveis por 58,74% do total contratado.

Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se os 05 (cinco) contratos mais significativos e o saldo a executar, na data base de 31/03/2021.

Tabela 11 - Obrigações Contratuais – Por Contrato

	31/03/2021	AV (%)
A - Fenix Assessoria & Gestão Empresarial LTDA	3.491.864,04	15,22
B - Intacta Engenharia e Representações LTDA - EPP	2.606.283,03	11,36
C - Energisa Tocantins Distribuidora de Energia Ltda	1.743.638,57	7,60

D – RG Segurança e Vigilância Ltda	1.572.850,84	6,86
E- AGT Construção e Trnsporte LTDA	1.147.348,40	5,00
Demais	12.381.444,18	53,97
Total	22.943.429,06	100,00

Fonte: SIAFI 2021

A soma dos Contratos A, B, C, D e E representa 46,03% do total. Estes contratos são referentes a serviços com terceirização de mão de obra (A e D), obras (B e E), e fornecimento de energia elétrica (C).

4.5 Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31/12/2020, o IFTO apresentou um saldo em aberto de R\$ 1.221.905,87 relacionados com fornecedores e contas pagar, sendo a totalidade de obrigações a curto prazo e referente a fornecedores nacionais.

Tabela 12 - Fornecedores e Contas a Pagar – Composição

	31/03/2021	31/12/2020	AH (%)
Curto Prazo	4.600.479,93	1.221.905,87	276,50
Nacionais	4.600.479,93	1.221.905,87	276,50
Total	4.600.479,93	1.221.905,87	276,50

Fonte: SIAFI 2021

A comparação entre os períodos apresenta uma variação de 276,50%, e está relacionada a dois fatores: montante das liquidações realizadas x repasses de recursos financeiros recebidos para o pagamento das obrigações. Portanto, as liquidações realizadas foram bem superiores aos recursos financeiros recebidos.

Na continuação, apresenta-se a tabela relacionando-se as unidades gestoras contratantes com valores mais expressivos de fornecedores e contas a pagar.

Tabela 13 - Fornecedores e Contas a Pagar – Por Unidade Gestora Contratante

	31/03/2021	31/12/2020	AH (%)	AV (%)
Unidade Gestora 158131 – Instituto Federal de Educação (Reitoria)	936.267,25	192.663,86	385,96	20,35
Unidade Gestora 158336 – Campus Palmas	860.127,28	381.815,77	125,27	18,70
Unidade Gestora 158337 – Campus Araguatins	812.603,63	197.279,00	311,90	17,66
Unidade Gestora 158489 – Campus Paraíso do Tocantins	388.725,80	68.617,19	466,51	8,45
Unidade Gestora 158511 – Campus Araguaína	438.015,11	105.289,89	316,00	9,52
Unidade Gestora 158556 – Campus Gurupi	236.565,05	72.875,05	224,61	5,14
Unidade Gestora 158557 – Campus Porto Nacional	272.115,11	68.426,90	297,67	5,91
Unidade Gestora 158628 – Campus Dianópolis	291.150,60	32.419,01	798,08	6,33
Unidade Gestora 158633 – Campus Colinas do Tocantins	364.910,10	102.519,20	255,94	7,93
Total	4.600.479,93	1.221.905,87	276,50	100,00

Fonte: SIAFI 2021

Na comparação entre períodos nota-se a expressiva variação dos fornecedores a pagar por campus, onde as maiores ocorreram no Campus Dianópolis (798,08%), Campus Paraíso do Tocantins (466,51%), e na Reitoria (385,96%).

Da participação sobre o total, Reitoria (20,35%), Campus Palmas (18,70%), e Campus Araguatins (17,66%), são responsáveis por 56,71% do total a ser pago.

Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se os 03 (três) fornecedores mais significativos e o saldo em aberto, na data base de 31/03/2021.

Tabela 14 - Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor

	31/03/2021	AV (%)
Fornecedor A – Fenix Assessoria & Gestão Empresarial LTDA	1.421.999,86	30,91
Fornecedor B - RG Segurança e Vigilância Ltda	450.116,97	9,78
Fornecedor C – Sambaiba Construções Ltda	295.140,83	6,42
Demais	2.433.222,27	52,89
Total	4.600.479,93	100,00

Fonte: SIAFI 2021

Em relação aos fornecedores A, B e C eles representam 47,11% do total a ser pago. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

- Fornecedor A: Possui 2 (dois) contratos com o IFTO, (1) prestação de serviços continuados de limpeza e conservação, e (2) prestação de serviços de apoio administrativo, ambos contratos com emprego de mão de obra terceirizada;
- Fornecedor B: Prestação de serviços continuados de vigilância armada patrimonial, com emprego de mão de obra terceirizada;
- Fornecedor C: Serviço de reformas e adequações da estrutura físicas das unidades do IFTO.

4.6 Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido do IFTO representa 72,04% do total da soma do passivo e do patrimônio líquido da instituição e está composto da seguinte forma, conforme dispõe a tabela 13.

Tabela 15 – Resultado do Exercício

Resultados	31/03/2021	31/12/2020	AH (%)
(-) Resultado do exercício	-4.325.397,51	-5.264.263,49	-17,83
(+) Resultado de exercícios anteriores	177.496.950,77	182.957.297,46	-2,98
(-) Ajustes de exercícios anteriores	2.421,94	-196.083,20	-101,24
(=) Resultados Acumulados	173.173.975,20	177.496.950,77	-2,43

Fonte: SIAFI, 2021

Em 31/03/2020, o “Patrimônio Líquido” do IFTO apresentou uma redução de 2,43%, quando comparado com o saldo apresentado em 31/12/2020.

5. NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – DVP

Prevista no Art. 104 da Lei 4.320/64, a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício. O resultado patrimonial do período é apurado na DVP pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) do exercício (STN, 2019).

5.1 Resultado Patrimonial

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Tabela 16 – Resultado Patrimonial do Período

	31/03/2021	31/03/2020	AH (%)
Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	58.241.275,50	60.131.513,23	-3,14
Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	62.566.673,01	66.012.517,00	-5,22
Resultado Patrimonial do Período (I - II)	-4.325.397,51	-5.881.003,77	-26,45

Fonte: SIAFI, 2021

O IFTO apresentou em 31/03/2021 um resultado patrimonial negativo de R\$ 4.325.397,51.

Em seguida apresenta-se a Demonstração das Variações Patrimoniais, segregadas em VPAs e VPDs.

5.2 Variações Patrimoniais Aumentativas

Na tabela 17, demonstra-se a composição das Variações Patrimoniais Aumentativas.

Tabela 17 - Composição das Variações Patrimoniais Aumentativas

	31/03/2021	31/03/2020	AH (%)	AV (%)
Variações Patrimoniais Aumentativas	58.241.275,50	60.131.513,23	-3,14	100,00
Exploração e Venda de Bens, serviços e Direitos	47.107,54	36.144.,76	30,33	0,08
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	204,21	183,12	11,52	0,00

Transferências e Delegações Recebidas	58.163.203,70	60.032.134,76	-3,11	99,87
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	1.011,78	49.514,52	-97,96	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	29.748,27	13.536,07	119,77	0,05

Fonte: SIAFI, 2021

Dentre as VPAs com movimentação mais significativa, destaca-se as “Transferências e Delegações Recebidas”, que equivale a 99,87% do total de VPAs. O valor é consequência de Repasses Recebidos, fruto da execução orçamentária e extraorçamentária (Restos a Pagar).

A tabela 18 apresenta a variação patrimonial aumentativa mais significativa ocorrida na comparação do primeiro trimestre de 2021 com o primeiro trimestre de 2020 (AH = 30,33%)

Tabela 18 - Exploração e Venda de Bens, serviços e Direitos

Variações Patrimoniais Aumentativas	31/03/2021	31/03/2020	AH (%)	AV (%) 31/03/2021
Exploração e Venda de Bens, serviços e Direitos	47.107,54	36.144,76	30,33	100,00
Venda de Mercadorias	31.731,03	20.440,84	55,23	67,36
Vendas de Produtos	1.341,51	2.129,08	-36,99	2,85
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	14.035,00	13.574,84	3,39	29,79

Fonte: SIAFI, 2021

Dentro da Variação Patrimonial Aumentativa “Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos, a maior relevância está em Venda de Mercadorias, que corresponde a 67,36% do total, e aumentou 55,23% na comparação com o primeiro trimestre de 2020. As mercadorias vendidas é resultado de itens de produção própria (produtos alimentícios) no Campus de Araguatins, que possui a vocação agrícola.

5.3 Variações Patrimoniais Diminutivas

As VPD's tiveram um decréscimo monetário no primeiro trimestre de 2021 em comparação com o primeiro trimestre de 2020 de 5,22%, passando do patamar de R\$ 66.012.517,00 para R\$ 62.566.673,01. Basicamente as variações patrimoniais diminutivas, incorreram acerca de despesas com pessoal (despesa obrigatória) e serviços para a manutenção e funcionamento do IFTO (despesa discricionária).

Tabela 19 - Composição das Variações Patrimoniais Diminutivas

	31/03/2021	31/03/2020	AH (%)	AV (%) 31/03/2021
Variações Patrimoniais Diminutivas	62.566.673,01	66.012.517,00	-5,22	100,00
Pessoal e Encargos	49.678.932,62	47.498.493,19	4,59	79,40
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.861.867,91	1.650.369,58	12,81	2,98
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	6.150.878,06	9.012.376,82	-31,75	9,83
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	0,00	28,62	-100,00	0,00
Transferências e Delegações Concedidas	3.105.852,22	6.356.360,17	-51,14	4,96
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	1.272.188,01	1.224.324,91	3,91	2,03
Tributárias	6.047,92	4.614,18	31,07	0,01
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	490.906,27	265.949,53	84,59	0,78
Custo – Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-	-	-

Fonte: SIAFI, 2021

O grupo com maior participação nas VPDs é a conta “Pessoal e encargos”(79,40%), com aumento de 4,59% em relação ao primeiro trimestre de 2020. A tabela 20 apresenta o detalhamento deste grupo.

Tabela 20 - Pessoal e Encargos

Variações Patrimoniais Diminutivas	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)	AV (%) 31/03/2021
Pessoal e Encargos	49.678.932,62	47.498.493,19	4,59	100
Remuneração a Pessoal	39.485.873,25	37.980.292,36	3,96	0,79
Encargos Patronais	7.947.499,68	7.132.621,58	11,42	0,16
Benefícios a Pessoal	2.150.847,44	2.385.579,25	-9,84	0,04
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	94.712,25		-	0,00

Fonte: SIAFI, 2021

Dentre as contas apresentadas na tabela 20, a única que apresenta uma redução (9,84%) é Benefícios a Pessoal. Isso ocorreu devido a suspensão do Auxílio-transporte pago a servidores em decorrência da pandemia do novo coronavírus, cujo trabalho passou a ser remoto, conforme Instrução Normativa nº 28/2020, de 25 de março de 2020, do Ministério da Economia.

A seguir, ainda dentro das VPDs, demonstra-se a conta “Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo”, é neste grupo que está a aplicação dos créditos orçamentários das despesas discricionários no órgão.

Tabela 21 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Variações Patrimoniais Diminutivas	31/03/2021	31/03/2020	AH (%)	AV (%) 31/03/2021
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	6.150.878,06	9.012.376,82	-31,75	100,00
Uso de Material de Consumo	588.156,47	456.324,25	28,89	9,56

Serviços	5.370.566,37	6.767.518,88	-20,64	87,31
Depreciação, Amortização e Exaustão	192.155,22	1.788.533,69	-89,26	3,12

Fonte: SIAFI, 2021

Um dos principais motivos para a redução de 31,75% na comparação entre os períodos para a conta Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital fixo está atrelado à suspensão das atividades presenciais no âmbito do IFTO em decorrência da pandemia do novo coronavírus. No primeiro trimestre do ano de 2020, a execução orçamentária e financeira foi fora deste cenário, a suspensão das atividades presenciais ocorreu em meados de março de 2020 e até o momento não retornaram. O impacto da redução foi mais significativo em despesas de energia elétrica, água e esgoto, telefonia fixa, diárias, passagens, combustíveis, dentre outros.

A VDP de Depreciação e Amortização apresentou uma redução de 89,26% em relação ao mesmo período de 2020. Cabe informar que nem todas as unidades do IFTO efetuam a depreciação, e devido a acertos e ajustes que precisam ser realizados nas contas dos bens patrimoniais, o Campus Palmas que mantinha esse registro deixou de realizar ao final de 2020. Todo o IFTO está ajustando o seu patrimônio para a implantação e operacionalização do sistema SIADS.

6. NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário, previsto no Art. 102 da Lei 4.320/64, demonstra as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação.

Demonstra, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, liquidadas e pagas e o saldo da dotação (MCASP 8ª Edição, 2019).

6.1 Receitas

A tabela 19 demonstra a previsão da receita e sua realização dividida por categoria econômica.

Tabela 22 – Receitas por Categoria Econômica

Categoria Econômica	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receita Realizada (c)	Saldo d=(c-b)
Receitas Correntes	-	-	47.311,27	47.311,27
Receitas de Capital	-	-	-	-
Total das Receitas	0,00	0,00	47.311,27	47.311,27

Fonte: SIAFI, 2021

Em análise a Tabela 22, o primeiro esclarecimento a ser feito é que, até o fechamento do primeiro trimestre de 2021 (31/03/2021), a Lei Orçamentária Anual – LOA 2021 não havia sido publicada. Por este motivo é que as colunas de Previsão Inicial e Previsão Atualizada aparecem sem valor. Todavia, há para o ano a previsão de arrecadação com Receitas Correntes o valor de R\$ 140.469,00 (PLOA 2021).

No período houve a arrecadação de R\$ 47.311,27.

A tabela a seguir faz o detalhamento das Receitas Correntes arrecadadas e compara ao mesmo período do ano anterior.

Tabela 23 – Receitas Correntes x Receitas Correntes Realizadas

Receitas Correntes	31/03/2021	31/03/2020	Varição R\$	% Variação
Receita Patrimonial	8.737,73	8.065,64	672,09	8,33
Receita Agropecuária	31.731,03	20.440,84	11.290,19	55,23
Receita Industrial	1.341,51	2.129,08	-787,57	-36,99
Receitas de Serviços	5.501,00	5.708,00	-207,00	-3,63
Outras Receitas Correntes	-	2.637,72	-2.637,72	-100
Total	47.311,27	38.981,28	8.329,99	21,37

Fonte: SIAFI, 2021,2020

Na comparação com o mesmo período do ano passado, as Receitas Agropecuárias puxaram a arrecadação. Considerando o total das receitas, a variação foi de 21,37%, ou R\$ 8.329,99 a mais do que o primeiro trimestre de 2020.

6.2 Despesas

Considerando que até o fechamento do primeiro trimestre de 2021, a Lei Orçamentária Anual 2021 – LOA 2021, não havia sido publicada, e que a máquina pública não pode parar, pois acarretaria em prejuízos para população, por Créditos Antecipados pela LDO, foi fixado inicialmente para o IFTO uma Despesa de R\$ 135.343.884,00, conforme é evidenciado no detalhamento abaixo.

Tabela 24 – Composição por tipos de créditos

Categoria Econômica	Grupo da Despesa	Dotação Inicial (a)	Dotação Suplementar (b)	Dotação Atualizada c = (a+b)
Despesas Correntes	Pessoal e Encargos Sociais	119.165.671,00	0,00	119.165.671,00
	Outras Despesas Correntes	16.178.213,00	0,00	16.178.213,00
Despesas de Capital	Investimentos	0,00	0,00	0,00
Total		135.343.884,00		135.343.884,00

Fonte: SIAFI, 2021

A tabela a seguir demonstra execução da despesa orçamentária no primeiro trimestre de 2021.

Tabela 25 – Execução da Despesa Orçamentária

Despesas orçamentárias	Dotação atualizada (a)	Despesa empenhada (b)	% Empenho =b/a	Despesa liquidada (c)	% Liquidação = c/b	Despesa paga (d)	% Pagamento =d/c
Despesas Correntes	135.343.884,00	94.243.273,89	69,63	50.171.956,26	53,24	39.037.050,25	77,81
Pessoal e Encargos Sociais	119.165.671,00	83.762.216,00	70,29	46.364.091,11	55,35	36.709.313,33	79,18
Outras Despesas Correntes	16.178.213,00	10.481.057,89	64,79	3.807.864,15	36,33	2.327.736,92	61,13
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Despesas	135.343.884,00	94.243.273,89	69,63	50.171.956,26	53,24	39.037.050,25	77,81

Fonte: SIAFI, 2021

Conforme demonstrado na tabela acima, o total de despesas empenhadas foi de 69,63,84% da dotação atualizada; as despesas liquidadas representaram 53,24% do total empenhado, e as despesas pagas representaram 77,81% do liquidado.

6.3 Execução Orçamentária do Restos a Pagar

A seguir demonstra-se a execução de Restos a Pagar Não Processados e Processados no primeiro trimestre de 2021.

Tabela 26 – Execução dos Restos a Pagar Não Processados

Órgão	Inscritos (a)	Liquidados (b)	Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (a-c-d)	% Execução e = (c/a)
IFTO	25.166.326,20	7.937.765,24	3.626.263,06	9.270,00	21.530.793,14	14,41

Fonte: Siafi 2021

Dos valores inscritos em Restos a Pagar não Processados, demonstrados no quadro acima, 14,41% foram pagos, e 85,55% ficaram de saldo ou pendentes de pagamento.

Tabela 27 – Execução de Restos a Pagar Não Processados por Grupo de Despesas

Grupo de Despesa	Inscritos (a)	Liquidados (b)	Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (a-c-d)	% Execução e = (c/a)
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Outras Despesas Correntes	20.677.093,26	6.002.632,92	2.556.898,05	9.270,00	18.110.925,21	12,37
Investimentos	4.489.232,94	1.935.132,32	1.069.365,01	0,00	3.419.867,93	76,18
TOTAL	25.166.326,20	7.937.765,24	3.626.263,06	9.270,00	5.353.531,68	14,41

Fonte: Siafi2021

Das inscrições realizadas em RPNP 82,14% pertence ao grupo Outras Despesas Correntes e 17,84% é de Investimentos.

Tabela 28 – Execução dos Restos a Pagar Processados

Inscritos (a)	Pagos (b)	Cancelados (c)	Saldo (a-b-c)	% Execução d = (b/a)
18.702.560,58	18.487.045,61	31.074,68	184.440,29	98,85

Fonte: Siafi 2021

Para os Restos a Pagar Processados, há uma relevância no montante inscrito e pago. Isso acontece principalmente em razão da folha de pagamento do mês de dezembro do ano anterior, que é lançada no próprio mês (dezembro), mas paga no mês de janeiro, com isso, os empenhos da folha ficam inscritos em Restos a Pagar Processados. O quadro seguinte demonstra a informação por Grupo de Despesa, que evidencia melhor o fato.

Tabela 29 – Execução de Restos a Pagar Processados por Grupo de Despesas

Grupo de Despesa	Inscritos (a)	Pagos (b)	Cancelados (c)	Saldo (a-b-c)	% Execução d= (b/a)
Pessoal e Encargos Sociais	15.181.981,30	15.181.981,10	-	0,20	100
Outras Despesas Correntes	2.676.674,25	2.483.629,01	10.423,98	182.621,26	92,79
Investimentos	257.993,12	52.544,76		205.448,36	20,37
TOTAL	18.116.648,67	17.718.154,87	10.423,98	388.069,82	97,80

Fonte: Siafi 2020

Pagamentos de Pessoal e Encargos Sociais representa 83,80% do total de inscrições em Restos a Pagar Processados, pagamentos de Outras Despesas Correntes corresponde a 14,77% e também carregam despesas da folha, que são benefícios pagos a servidores, o Grupo de Investimentos representa 1,42%.

7. NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO FINANCEIRO

De acordo com o Artigo 103 da Lei nº 4.320/1964, o Balanço Financeiro – BF evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte. Os Restos a Pagar do Exercício serão computados na receita extraorçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária, pois “pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhadas” (Art. 35, II, Lei nº 4.320/1964). A seguir, apresentam-se os ingressos e os dispêndios financeiros ocorridos.

7.1 Ingressos Financeiros

Apresenta-se a seguir a composição dos ingressos financeiros.

Tabela 30 - Composição dos Ingressos

INGRESSOS	31/03/2021	31/03/2020	AH (%)	AV 31/03/2021 (%)
Receitas Orçamentárias	47.311,27	38.981,28	21,37	0,04
Transferências Financeiras Recebidas	58.163.203,70	58.663.562,17	-0,85	43,29
Recebimentos Extraorçamentários	55.682.853,36	162.578.871,47	-65,75	41,45
Saldo do Exercício Anterior	20.457.130,49	21.683.172,14	-5,65	15,23
TOTAL	134.350.498,82	242.964.587,06	-44,70	100,00

Fonte: Siafi 2021

No primeiro trimestre de 2021, as Transferências Financeiras Recebidas constituiu a principal forma de ingressos respondendo por 43,29% do total. Neste grupo estão os repasses recebidos, que são resultantes da execução orçamentária e as transferências recebidas para pagamentos de Restos Pagar.

Os Recebimentos Extraorçamentários representaram 41,45% do total, e é composto na sua grande maioria pela inscrição de Restos a Pagar. O Art. 103, da Lei 4.320/64 dispõe que, “os restos a pagar do exercício serão computados na receita extraorçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária”, pois “pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhadas”, nos termos do (Art. 35, II, Lei nº 4.320/1964).

O Saldo do Exercício Anterior é a disponibilidade em caixa, representa 15,23% do total dos ingressos.

As Receitas Orçamentárias constituem as receitas diretamente arrecadas pelo órgão fruto de esforço institucional. Ocorreu uma variação de 21,37%, conforme evidenciado nas tabelas 22 e 23, item 7.1 – Receitas.

7.2 Dispêndios

Os dispêndios financeiros são constituídos, essencialmente, pelas despesas orçamentárias. Apresenta-se a seguir a composição.

Tabela 31 – Composição dos Dispêndios

DISPÊNDIOS	31/03/2021	31/03/2020	AH (%)	AV 31/12/2020 (%)
Despesas Orçamentárias	94.243.273,89	201.607.069,33	-53,25	70,15
Transferências Financeiras Concedidas	3.105.852,22	4.991.891,53	-37,78	2,31
Pagamentos Extraorçamentários	21.709.394,65	22.508.310,43	-3,55	16,16
Saldo para o Exercício Seguinte	15.291.978,06	13.857.315,77	10,35	11,38
TOTAL	134.350.498,82	242.964.587,06	-44,70	100,00

Fonte: Siafi 2021

Para os dispêndios, a maior relevância está nas Despesas Orçamentárias que respondem por 70,15% do total. Tais valores incluem os desembolsos financeiros para quitar despesas de pessoal, despesas de custeio e investimentos. Dividem-se em ordinárias, que correspondem às despesas de livre alocação entre a origem e a aplicação de recursos, utilizadas para atender quaisquer finalidades, e vinculadas, que são as despesas orçamentárias cuja aplicação é definida na Lei Orçamentária Anual, de acordo com sua origem.

7.3 Resultado Financeiro

O IFTO apurou como resultado financeiro de 2020 um deficit de R\$ 1.226.041,65 provenientes das fontes tesouro. Isso demonstra a necessidade de recebimento de mais recursos para fazer frente aos seus compromissos. A apuração do Resultado Financeiro é extraída por meio dos saldos de Caixa e Equivalente de Caixa, conforme demonstrado na tabela 33.

Tabela 32 – Resultado Financeiro

DISPÊNDIOS	31/03/2021	31/03/2020
(+) Saldo para o Exercício Seguinte: Caixa e Equivalentes de Caixa	15.291.978,06	13.857.315,77
INGRESSOS	31/12/2020	31/12/2019
(-) Saldo do Exercício Anterior: Caixa e Equivalentes de Caixa	20.457.130,49	21.683.172,14
= Resultado Financeiro	-5.165.152,43	-7.825.856,37

Fonte: Siafi 2021

8. NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Segundo o MCASP (2019), a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos de caixa operacional, de investimento e de financiamento, identificando: (a) as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa; (b) os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis; (c) o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

Em função da adoção do princípio da unidade de caixa (Conta Única), a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa da DFC é correspondente ao resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro.

Tabela 33 – Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa/Resultado Financeiros

Resultado Financeiro BF x DFC	31/03/2021	31/03/2020	AH (%)
(+) CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL (Exercício Seguinte)	15.291.978,06	13.857.315,77	10,35
(-) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL (Exercício Anterior)	20.457.130,49	21.683.172,14	-5,65
(=) GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-5.165.152,43	-7.825.586,37	-34,00

Fonte: Siafi 2020

Conforme evidenciado na tabela acima, no primeiro trimestre de 2021 foi registrado um deficit na geração líquida de caixa de R\$ 5.165.152,43.

A seguir demonstra-se os fluxos para melhor entendimento do resultado deficitário.

Tabela 34 – Fluxos

	2021	2020	AH (31/03/2021)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	-4.043.242,66	-6.505.376,94	
INGRESSOS	58.610.901,72	58.761.930,15	-0,25
Receita Patrimonial	8.534,00	7.866,84	8,48
Receita Agropecuária	31.731,03	20.440,84	55,23
Receita Industrial	1.341,51	2.129,08	-36,99
Receita de Serviços	5.501,00	5.708,00	-3,62
Remuneração das Disponibilidades	203,73	198,80	2,48
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	2.637,72	-100
Outros Ingressos Operacionais	58.563.590,45	58.722.948,87	-0,27
Ingressos Extraorçamentários	370.638,48	41.988,53	782,71
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	6.499,82	-100
Transferências Financeiras Recebidas	58.163.203,70	58.663.562,17	-0,85
Arrecadação de Outra Unidade	29.748,27	10.898,35	172,96
DESEMBOLSOS	-62.654.144,38	-65.267.307,09	-4,00
Pessoal e Demais Despesas	-51.382.756,24	-53.195.523,86	-3,40
Assistência Social	-2.400,00	-6.800,00	-64,70
Previdência Social	-1.078.949,89	-734.751,94	46,84
Educação	-50.309.398,62	-52.528.835,13	-4,22

Desporto e Lazer	-68.250,70	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	76.242,97	74.863,21	1,84
Transferências Concedidas	-7.800.559,20	-7.039.066,99	10,82
Intragovernamentais	-7.800.559,20	-7.039.066,99	10,82
Outros Desembolsos Operacionais	-3.470.828,94	-5.032.716,24	-31,03
Dispêndios Extraorçamentários	-364.976,72	-40.548,53	800,10
Transferências Financeiras Concedidas	-3.105.852,22	-4.991.891,53	-37,78
Demais Pagamentos	-	-276,18	-100
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-1.121.909,77	-1.320.479,43	
INGRESSOS	-	-	
DESEMBOLSOS	-1.121.909,77	-1.320.479,43	-15,04
Aquisição de Ativo Não Circulante	-1.119.909,77	-1.179.321,62	-5,04
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-	
Outros Desembolsos de Investimentos	-2.000,00	-141.157,81	-98,58

Fonte: Siafi 2021

Dentro dos Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais, os ingressos no período tiveram uma redução de 0,25%, em relação ao mesmo período de 2020, totalizando R\$ 58.610.901,72.

O item de maior contribuição são as Transferências Financeiras Recebidas, com R\$ 58.163.203,70, correspondendo a 99,23% do total dos ingressos.

Os desembolsos dentro dos Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais totalizaram R\$ 62.654.144,38, as despesas com Pessoal tem maior peso dentro desse grupo contribuindo com 82,01% do seu total.

Na equação Ingressos menos Desembolsos, o resultado dos Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais foi de R\$ 4.043.242,66 deficitário.

Para os Fluxos de Caixa de Atividades de Investimento, este tiveram apenas desembolsos. As atividades de Investimentos estão relacionadas às receitas e despesas de capital, distinguindo-se daquelas destinadas à manutenção das atividades administrativas e operacionais do órgão.

Como houveram apenas desembolsos, estes correspondem as despesas de capital e estão relacionadas as execuções de obras e aquisição de bens permanentes. Portando, considerando os ingressos menos os desembolsos o valor dos Fluxos de Caixa de Atividades de Investimento foi de R\$ 1.121.909,77 deficitário.

Do somatório dos fluxos obtemos a Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa (-5.165.152,43), e corresponde ao Resultado Financeiro apurado no Balanço Financeiro (Tabela 32).

9. NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DESPESAS RELACIONADAS AO ENFRENTAMENTO À CALAMIDADE PÚBLICA DECORRENTE DA COVID-19

A próxima tabela visa demonstrar a execução dos créditos orçamentários recebidos pelo IFTO para promover ações de enfrentamento à calamidade pública decorrente da Covid-19, a execução abrange o período de janeiro a março de 2021 e dizem respeito à restos a pagar.

Tabela 35 – Execução dos Créditos para Enfrentamento da Covid – 19

Plano Orçamentário		Ação Governo		Grupo Despesa	Restos a Pagar Inscritos	Restos a Pagar Pagos	Saldo de RP em 31/12/2021
CV21	MEDIDA PROVISORIA N. 942, DE 2/4/20, PARA ACOES NO AMBITO DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIONAL, CIENTIFICA E TECNOLÓGICA	21C0	ENFRENTAMENTO DA EMERGENCIA DE SAUDE PUBLICA DE IMPORTANCIA	Investimentos	9.178,16	0,00	9.178,16
				Outras Despesas Correntes	805.224,87	86.376,45	718.848,42
					814.403,03	86.376,45	725.026,58

Fonte: Tesouro Gerencial

Os créditos orçamentários recebidos pelo IFTO para promover ações de enfrentamento à calamidade pública decorrente da Covid-19 foram provenientes de Termos de Execução Descentralizada – TEDs do ano de 2020, cujo Órgão Descentralizador foi a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC/MEC. São os TEDs:

- 9208 – Produção de 4.000 litros de álcool gel;
- 9292 – Desenvolvimento de ações de enfrentamento ao Covid – 19;
- 9449 – Edital 1/2020/CONIF – Projeto imunossensor para diagnóstico;
- 10218 – Produção de álcool gel.

A tabela 36 demonstra a execução desses créditos orçamentários por Grupo de Despesa. Do valor inscrito em RP (814.403,03), foram pagos R\$ 86.376,45, que corresponde a 10,61% desse total.

As principais ações promovidas pelo IFTO, que impactaram no uso dos créditos orçamentários foram as seguintes:

- a) Aquisição de equipamentos e insumos para produção de álcool em gel;
- b) Financiamento de projetos de ensino, pesquisa e extensão;
- c) Produção de sabão líquido;
- d) Produção de máscaras de tecido;

- e) Aquisição de impressoras 3D;
- f) Produção de máscaras face shield;

10. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Apresenta-se a seguir outras informações relevantes, pois existe o risco de afetar o patrimônio.

- Há ausência de registro de reconhecimento em sua íntegra, de ativos e passivos contingentes em contas de controle pela ausência de normatização de fluxos internos da instituição.
- Há ausência de registro de reconhecimento das provisões para Riscos Fiscais, Trabalhistas, Cíveis em contas de controle pela ausência de normatização de fluxos internos da instituição.
- Há ausência de registro das garantias e contragarantias recebidas em decorrência das obrigações contratuais (Atos Potenciais).
- Necessidade de reclassificação de diversos itens de bens móveis permanentes entre as contas patrimoniais para evidenciar com fidedignidade o Imobilizado.